

- 1 Os desafios de Hong Kong para o desenvolvimento
- 2 Negociações agrícolas na OMC
- 4 Cenário para o comércio de serviços
- 6 Os avanços em Hong Kong para as negociações de produtos não agrícolas
- 7 Salvaguardas e importações da China
- 10 Bens ambientais: desfazendo mitos para identificar oportunidades
- 12 Reuniões em Montreal discutem o clima
- 14 Acesso da Venezuela no Mercosul
- 16 O poder do Parlamento do Mercosul: integração para além da economia?
- 18 Mercosul: restrições ao comércio e integração social



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS



DIREITO GV  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

## Os Desafios de Hong-Kong para o Desenvolvimento

Renato Baumann\*

Entre 13 e 18 de dezembro de 2005, foi realizada em Hong Kong a Sexta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>1</sup>, a segunda desde que foi lançada, em 2001, a mais recente rodada de negociações multilaterais. Mesmo frustrando as expectativas de que o ano de 2005 terminasse já com clareza sobre os processos negociadores, a Conferência gerou uma Declaração que basicamente mantém as conversações em andamento.

Entre outros pontos relevantes, a Declaração:

1. Reitera a ênfase na dimensão de desenvolvimento em todos os aspectos do Programa de Trabalho de Doha;
2. Reafirma o tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento como parte integral dos pilares da OMC;
3. Reafirma o que foi acordado em termos de propriedade intelectual por parte dos países em desenvolvimento em questões de saúde pública;
4. Faz diversas recomendações aos negociadores sobre como encontrar meios de integrar as economias pequenas à economia mundial; e
5. Estabelece que os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento que se considerarem em condições de fazê-lo implementarão o acesso livre para os produtos oriundos dos países de menor desenvolvimento relativo.

A Declaração de Hong-Kong enfatiza, de forma repetitiva, a importância da dimensão do desenvolvimento, embora seu texto trate, de forma explícita, basicamente, apenas dos países de menor desenvolvimento relativo - que, no caso do continente americano, são apenas algumas economias do Caribe.

Antes da Conferência, foram celebrados alguns acordos, em princípio, benéficos para os países em desenvolvimento, como a emenda relativa ao respeito à propriedade intelectual de medicamentos em determinadas situações de saúde pública e a prorrogação do período de implementação dos dispositivos do acordo para os países de menor desenvolvimento relativo.

### Desafios para as próximas reuniões em 2006

A preservação do "tratamento especial e diferenciado" é certamente uma vantagem importante para os países em desenvolvimento. Para grande parte

desses países, contudo, as negociações sobre produtos industrializados e o mercado de serviços são temas distantes, tanto quanto as discussões sobre disciplinas para a imposição de barreiras *antidumping*.

Já no caso das economias com grau de desenvolvimento intermediário, como os países do Mercosul o estado das negociações impõe alguns desafios.

As economias dos países do Mercosul têm claras vantagens comparativas em produtos agrícolas. Um dos componentes do ceticismo desses países em relação às negociações multilaterais (e hemisféricas) é a percepção de que, se não houver avanços na liberação agrícola, os ganhos serão limitados.

O empenho desses países nas negociações agrícolas é, portanto, fundamental para assegurar resultados positivos. Mesmo a vinculação entre as negociações agrícolas e as negociações em acesso a mercados de produtos não-agrícolas (NAMA) e em serviços pressupõe clareza quanto aos benefícios efetivamente obtidos no setor agrícola.

Esses países – sobretudo o Brasil – são freqüentemente alvos de barreiras impostas a partir de acusações de *dumping*. A regulamentação dos critérios para a adoção das medidas antidumping é, portanto, muito importante. De modo semelhante, a regulamentação do uso das medidas previstas no Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPs, sigla em inglês) é de grande relevância para países como os do Mercosul.

### Com esses antecedentes, quais os desafios impostos para 2006?

Segundo a Declaração, até o final de abril de 2006, devem estar resolvidas:

1. As disciplinas sobre créditos, garantias de crédito e seguro de crédito às exportações;
2. A atuação de empresas estatais no comércio agrícola;

(continua na pág. 4)

# PONTES

Entre o Comércio e o  
Desenvolvimento Sustentável

PONTES tem por fim reforçar a capacidade dos agentes na área de comércio internacional e desenvolvimento sustentável, por meio da disponibilização de informações e análises relevantes para uma reflexão mais aprofundada sobre estes temas. É também um instrumento de comunicação e de geração de idéias que pretende influenciar todos aqueles envolvidos nos processos de formulação de políticas públicas e de estratégias para as negociações internacionais.

PONTES foi publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

## Comitê Editorial

Eduardo Escobedo Reachi  
Michelle Ratton Sanchez

## Editora

Elaini Cristina G. da Silva

## Equipe

André Tavares Barbosa

Diego Fernandes

Ivan Pedro F. Santos

Josiane Ramos Schreyer

## Colaboradores Regulares

Eduardo Escobedo Reachi  
Elaini C. Gonzaga da Silva  
Josiane Ramos Schreyer  
Michelle Ratton Sanchez

ISSN: 1813-4378

## ICTSD

Diretor executivo: Ricardo Meléndez Ortiz  
7, chemin de Balexert  
1219, Genebra, Suíça  
pontes@ictsd.ch  
www.ictsd.org

## DireitoGV

Diretor Geral: Ary Oswaldo Mattos Filho  
Rua Rocha, 233 - 8º andar - Bela Vista  
01330-000, São Paulo- SP, Brasil  
pontes@fgvsp.br  
www.edesp.edu.br

*As opiniões expressadas n os artigos assinados em PONTES são exclusivamente dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do ICTSD, da DireitoGV ou das instituições por eles representadas.*

## Negociações Agrícolas da OMC: Conferência Ministerial de Hong Kong e Perspectivas para 2006

Roberto Rodrigues\* Antonio Carlos P. B. Costa\*\*

As negociações sobre agricultura estão no centro de todo o debate sobre a questão do desenvolvimento – mote da Rodada Doha de negociações da Organização Mundial do Comércio. Este artigo apresenta a visão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre as negociações agrícolas da OMC e analisa os resultados da Conferência Ministerial.

A falta de convergência sobre os temas agrícolas, às vésperas da Conferência Ministerial de Hong Kong, fez com que muitos acreditassem que a reunião repetiria o impasse ocorrido em Cancún.

### Antecedentes

A Conferência Ministerial é a instância máxima de decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde têm assento os Ministros dos cerca de 150 países envolvidos na negociação. As Conferências ocorrem a cada dois anos, com o objetivo de orientar os negociadores para as próximas etapas. Na quarta Conferência, realizada em Doha, Catar, no fim de 2001, os Ministros decidiram lançar uma nova e ambiciosa rodada de negociações multilaterais, com o Mandato de Doha (WT/MIN(01)/DEC/1). No

cerne desse mandato, está a questão do desenvolvimento, que se daria por meio de um comércio mais equitativo, e, no cerne da questão do desenvolvimento, está a agricultura. O fracasso da última conferência, realizada em Cancún, aliado a um clima de redução de expectativas quanto aos resultados possíveis da reunião, explica o espaço que a reunião de Hong Kong ocupou na mídia nacional e internacional.

### O ambiente pré Hong Kong

O sentimento de que o fracasso de Cancún se repetiria, no que se refere aos avanços nos temas agrícolas, ganhou força com as ofertas apresentadas, no fim de 2005, pelos

Estados Unidos da América (EUA) e pela União Européia (UE), muito distantes do nível de ambição em agricultura. Entre os três “pilares” em que a negociação agrícola está estruturada (acesso a mercados, subsídios à exportação e apoio interno, - subsídio à produção doméstica), as posições foram, muitas vezes, contraditórias. Os EUA, por exemplo, embora ambiciosos em acesso a mercados, apresentaram uma

proposta que ficou abaixo do nível de ambição esperado no pilar de apoio doméstico. Sinalizaram, no entanto, que estas poderiam ser melhoradas, caso houvesse um pacote significativo em acesso a mercados. No caso dos europeus, embora tenham feito uma oferta que representa um bom ponto de partida em apoio doméstico, no pilar de acesso a mercados, a proposta, tanto em relação à fórmula geral, quanto ao

percentual e ao tratamento proposto para os produtos sensíveis (produtos escolhidos pelos países desenvolvidos que estarão sujeitos a cortes tarifários menores), não atende, minimamente, à ambição esperada pelo Mandato de Doha.

Não bastasse esse fato, UE ainda vinculou sua oferta a uma abertura extremamente ambiciosa em bens industriais (NAMA, sigla em inglês), muito mais agressiva do que a apresentada em agricultura. Se a Rodada do Desenvolvimento de Doha tem como um dos seus objetivos aproximar o tratamento dado aos produtos agrícolas daquele dado aos produtos industriais (tarifas mais baixas, pouca margem para políticas que distorcem comércio e

**... no cerne  
da questão  
do desen-  
volvimento,  
está a  
agricultura...**

proibição de utilizar subsídio à exportação), o posicionamento da UE foi exatamente na direção oposta.

Some-se a isso o fato de que a maioria absoluta dos demais países da OMC defende uma posição que, sem dúvida, dificulta os esforços no sentido de obter avanços: lutam pela abertura dos mercados dos outros, sem abrir os seus próprios mercados. Havia a expectativa, dadas a total falta de convergência e a incapacidade de tomada de decisões políticas, de que o documento que sairia da Conferência fosse apenas um relato dos avanços obtidos desde a aprovação do *framework* (documento ou Acordo Quadro aprovado pelos Membros, em julho de 2004, que torna o mandato de Doha mais específico), e que algumas decisões pontuais, e menos importantes, seriam tomadas. Era necessário trabalhar para evitar o fracasso da Ministerial, fato que, politicamente, não seria bom para nenhum país, pois as trocas de acusações seriam inevitáveis. Assim, a agenda passou a ser trabalhada para que a Conferência funcionasse como plataforma de lançamento para a etapa final das negociações.

### A Conferência Ministerial

O clima de impasse persistiu ao longo da reunião em Hong Kong. O tabuleiro não se mexia, pois os EUA esperavam por um movimento da UE. Por sua vez, o Comissário Europeu de Comércio, Peter Mandelson, demonstrou não ter mandato da Comissão para negociar além do que a UE já havia colocado sobre a mesa. O risco do fracasso era iminente. Muita articulação e muitas reuniões do chamado *green room* (grupo consultivo do Diretor Geral da OMC) foram realizadas, quando um pequeno grupo de países passou a se reunir no fim de cada dia para tratar dos temas mais importantes da agenda. Essas reuniões costumavam durar a noite inteira, com discussões acaloradas sobre agricultura.

Diante de tal cenário, foi positivo o que se conseguiu em Hong Kong, no último dia de negociação, especialmente nos pilares de apoio doméstico e subsídio à exportação.

O pilar de apoio doméstico é um dos mais importantes temas da negociação agrícola, já que a OMC é o único fórum capaz de tratá-lo. O texto acordado foi um avanço em relação ao *framework*, ao definir que “disciplinas serão desenvolvidas para

alcançar cortes efetivos nas medidas de apoio distorcivas”. Sendo assim, a margem de manobra dos EUA será reduzida, uma vez que eles não poderão piorar sua oferta para que ela resulte apenas em “corte de água”, expressão utilizada para ilustrar o corte apenas nos subsídios que não se utilizam atualmente.

Não se sabe, entretanto, se os EUA elevarão o nível de ambição atual da sua proposta em apoio doméstico, caso a UE não melhore significativamente a sua proposta para acesso a mercados.

**o Brasil deve ter clareza de onde estão os ganhos em cada pilar da negociação, dirigindo os esforços para aquilo que realmente interessa**

No pilar de subsídio à exportação, foi positiva a definição da data de 2013 para a sua eliminação, apesar de mais tardia do que aquela proposta pelo G-20 (2010). Decisão também importante foi que parte substancial da eliminação será feita até o fim da primeira metade do período de implementação, 2010, minimizando os efeitos negativos mais substanciais dos subsídios à exportação até a data prevista na proposta do G-20.

O pilar de acesso a mercados foi o que menos evoluiu do ponto de vista ofensivo, pois, como mencionado, o Comissário Europeu não tinha mandato para avançar na proposta européia de cortes tarifários. Do lado defensivo, com relação aos produtos para países em desenvolvimento que estarão sujeitos a cortes menores (produtos especiais), a novidade está na liberdade que cada país terá para designá-los, porém, guiados por indicadores de segurança alimentar, garantia da viabilidade da vida no campo e desenvolvimento rural. No mecanismo de salvaguarda para países em desenvolvimento, a novidade foi a aceitação do gatilho de preço para o seu

acionamento, com acertos específicos a serem mais bem definidos adiante. Assim, tanto as salvaguardas quanto os produtos especiais foram condicionados à definição de elementos adicionais (“indicadores” e “acertos específicos”) que, em princípio, deverão evitar o uso indevido de tais instrumentos.

Foi feita ainda, no Parágrafo 24 da Declaração, uma vinculação entre NAMA e agricultura, segundo o texto, deverá ser mantido “comparável alto nível de ambição em acesso a mercados agrícolas e em NAMA”. Desse modo, se a UE quer que os países em desenvolvimento sejam ambiciosos nas suas ofertas industrial e de serviços, terá, da mesma maneira, que fazer concessões significativas em agricultura. O fato pode ser interpretado como positivo, pois deverá mover os setores industriais europeus, interessados em obter maior acesso a mercados, a cobrar mais abertura em agricultura na UE. Até o momento, o lobby mais atuante junto à Comissão é o agrícola, liderado pela França, com seu caráter fortemente protecionista.

### Os próximos desafios

Assim, é possível dizer que Hong Kong cumpriu o seu papel: ser uma boa base de lançamento para as negociações em 2006. Merece destaque o papel do Brasil neste processo, como líder do G-20, grupo de países em desenvolvimento, criado a partir da reunião ministerial de Cancún. Resta, porém, muito por fazer, o que torna difícil avaliar se a rodada poderá ser concluída ainda em 2006. O Brasil e o G-20 devem ter clareza de onde estão os ganhos em cada pilar da negociação, dirigindo os esforços para aquilo que realmente interessa. Obter ganhos concretos em apoio interno é fundamental, já que deixaria as agendas bilateral e birregional mais “limpas” e facilitaria a conclusão de negociações como o acordo Mercosul-UE e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Em acesso a mercados, o desafio será estabelecer critérios para o uso das salvaguardas especiais e dos produtos especiais para países em desenvolvimento, de forma a evitar mau uso de tais instrumentos. Nesse pilar, o tratamento dado pelos países desenvolvidos para os produtos sensíveis deve determinar a ambição da negociação em acesso a mercados. Está aí outro desafio importante, pois segundo levantamento feito pelo grupo

*(continua na pág. 10)*



(continuação da pág. 1)

3. As modalidades de negociação tanto para produtos agrícolas quanto para NAMA; e

4. As recomendações relativas ao chamado “enfoque integrado” (*integrated framework*) para a atuação convergente da OMC, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

**É fundamental que os negociadores e os agentes econômicos não percam de perspectiva o que é realmente desejado dessas negociações**

Até o final de julho de 2006, devem estar acordados os esquemas para negociação baseados nas modalidades acordadas em abril, tanto para produtos agrícolas quanto NAMA, assim como definidas as ações relativas às questões de implementação e as recomendações relativas aos vínculos entre ajuda externa e comércio.

A Rodada de Doha deverá ser finalizada até o final de dezembro de 2006. Esse cronograma impõe aos países do Mercosul a necessidade de acompanhar as negociações que terão lugar até o final do ano sobre os diversos temas da Rodada de Doha, mas demanda atenção especial até abril (e julho) deste ano em relação às negociações relativas ao setor agrícola, à vinculação das concessões com a abertura em NAMA e serviços, e às características do “enfoque integrado”.

É fundamental que os negociadores e os agentes econômicos em geral desses países não percam de perspectiva o que é realmente desejado dessas negociações. Resta pouca dúvida de que entre os objetivos primordiais está a liberação do comércio agrícola.

\* Diretor do escritório da CEPAL/ONU no Brasil e professor da UnB.

<sup>1</sup> As anteriores foram Cingapura (Dez/96), Genebra (Mai/98), Seattle (Dez/99), Doha (Nov/01) e Cancun (Set/03).

## Cenários para o Comércio de Serviços na OMC depois de Hong Kong

Francisco Figueiredo de Souza\*

A declaração final da VI Conferência Ministerial da OMC trouxe uma modificação importante para o formato das negociações sobre o comércio de serviços: a aceitação da abordagem plurilateral. Na prática, muitos acreditam que o novo formato, apesar de voluntário e complementar, deve praticamente substituir a atual apresentação de pedidos e ofertas individuais.

Há quem opine que, de resto, a declaração é vazia em termos de novas definições. Nesse cenário, compromissos significativos em acesso a mercados não devem ser alcançados, e o texto de Hong Kong teria apenas adiado impasses anteriores para o decorrer do ano de 2006. Para alguns, a origem do problema está relacionada com a crise de legitimidade por que passa a Organização. Para outros, as incertezas geradas pela liberalização dos serviços nos países em desenvolvimento e a priorização de temas agrícolas estão entre os motivos do resfriamento das negociações nesta área.

Outro cenário a ser considerado, no entanto, indica que, não obstante o proclamado “abrandamento” de linguagem verificado no texto – a proposta vinda de Genebra, entre outras diferenças, propunha participação compulsória dos membros requisitados para negociações plurilaterais – o efeito da nova modalidade pode ser similar ao que teve, na Rodada Uruguai, a adoção de negociações setoriais.

O esvaziamento das discussões, nessa perspectiva, seria apenas um jogo retórico. Os membros passariam a ser avaliados por outros países e investidores a partir dos novos padrões de abertura estabelecidos pelos grupos plurilaterais. Esse fato, aliado ao tempo exíguo e ao grande interesse de países ricos e de suas corporações na negociação de serviços, pode injetar considerável pressão para que países em desenvolvimento (PEDs) apresentem novas ofertas. Restará a esses membros o argumento, nem sempre suficiente, de que é preciso haver proporcionalidade entre os temas em negociação.

### Omissões e ambições

A Declaração Ministerial cuida das negociações sobre o Acordo Geral Sobre o Comércio de Serviços (GATS, na sigla em inglês) em seus parágrafos 25 a 27, além do Anexo C. A Declaração confirma o

“esquecimento” de pontos anteriormente acordados, entre os quais o pré-requisito contido no mandato de que um amplo levantamento sobre os impactos da liberalização em serviços antecederse novas negociações sobre acesso a mercados.

O GATS define o acesso a mercados em serviços como um meio com vistas à progressiva liberalização de todos os serviços comercializáveis internacionalmente. Se a agricultura é constantemente a locomotiva da Rodada Doha, é sabido que um grupo importante de membros continua a enfatizar seu interesse por compensar as concessões que venham a fazer neste setor com resultados que lhes sejam favoráveis nas negociações de bens não-agrícolas e de serviços. Por não envolver tarifas e concentrar-se no ajustamento de normas internas e externas, a liberalização de serviços é um assunto delicado para a maioria dos Membros, motivo pelo qual sua negociação prevê certas flexibilidades, que alguns avaliam serem exageradas, e outros, insuficientes.

Entre os principais temas em debate, o comércio de serviços foi o único a adotar um anexo como documento oficial em formato operativo e com datas estabelecidas. Apesar das modificações na linguagem, o formato e os assuntos abordados na Declaração são praticamente idênticos aos da minuta de Genebra, que sofrera sérias críticas por conta da maneira pouco democrática como foi redigido.

Críticas que, aliás, continuaram presentes durante os dias de negociação na Ministerial. Em um dos episódios mais comentados, o facilitador teria contado o G-90 como um único país para concluir que a maioria estava de acordo com uma de suas propostas. Segundo representante de um país africano, a principal novidade da Declaração apoiou-se na confusão entre *plurilateral approach* e *plurilateral negotiations* para manobrar uma alteração imprevista pelo mandato negociador.

O Brasil pode ser considerado um dos países que adotou o “caminho do meio” em serviços, enquanto concentrava esforços na questão agrícola. Essa posição decepcionou várias organizações que acreditavam contar com o país na defesa de propostas mais preocupadas com os efeitos da liberalização. A justificativa do governo para sua posição foi o temor de que um abandono das negociações trouxesse de volta propostas ainda mais ofensivas.

Para alguns analistas, o principal acontecimento da Ministerial de Hong Kong, para Brasil e Índia, foi a confirmação da influência que passaram a ter no processo da OMC. As pressões que as negociações plurilaterais devem gerar nos PEDs, por exemplo, podem ser menos comprometedoras ao governo brasileiro que aos representantes de países de menor poder econômico e político, o que pode explicar parcialmente a diferença de posições.

### Por que não abrir e consolidar?

Na ótica daqueles interessados em maior abertura, a atual oferta brasileira consolida uma liberalização que já existe na prática. Ainda haveria espaço para ampliar concessões sem comprometer a capacidade de regular do Estado. E, mesmo que isso fosse necessário, os favoráveis a essa posição lembrariam que uma maior liberalização poderia trazer benefícios aos “consumidores”. O assunto deve ser abordado com cautela. Alguns têm argumentos para duvidar até mesmo de que a prudência possa ser suficiente.

Os consumidores têm demonstrado reiteradamente seu descontentamento com serviços já liberalizados, como os prestados por bancos, empresas de telefonia e de seguros-saúde. Três setores campeões em reclamações que, aliás, já estão envolvidos de alguma maneira na atual oferta brasileira. Recorde-se de que, na classificação adotada na OMC, os seguros-saúde aparecem entre os serviços financeiros, e não entre os de saúde.

As reclamações são apenas uma peça de um quadro mais amplo, mas indicam que há evidentes problemas no oferecimento desses serviços. O argumento de que é possível seguir negociando apenas com a consolidação das regras em vigor incorre em dois problemas: ignora a dinâmica das negociações, em que são esperados acessos efetivos a mercados; e desprezita o necessário processo democrático de debate

e revisão de alguns desses marcos, comprovadamente deficientes. É incongruente apontar para as falhas do Estado sem observar também os problemas existentes no mercado.

Exemplos de experiências mal-sucedidas na liberalização de serviços relacionados à água (ver Pontes, v. 1, n. 4, p. 10) devem servir de alerta. O tema até o momento não parece fazer parte dos planos brasileiros na OMC, mas consta dos pedidos de abertura feitos por uma série de outros Membros do chamado mundo desenvolvido. Recorde-se, ainda, que contenciosos como aquele no qual a pequena Antigua e Barbuda contestou as proibições dos EUA às apostas eletrônicas (*DS285 United States — Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services*) têm indicado não ser tão verdadeira a alegação de que o GATS garante o direito de que os Membros mantenham autoridade sobre a regulação dos serviços.

Por fim, há um problema, abordado pela própria representação brasileira, nas discussões sobre regulação doméstica: o Artigo VI.4(b) do GATS enumera a qualidade dos serviços como o único critério que pode sobrepor as disciplinas a serem negociadas na OMC. Outros direitos relacionados aos serviços (como aqueles ligados ao acesso, à satisfação das necessidades básicas, à proteção da vida, da saúde e da segurança, à informação, à representação e à conservação ambiental) não fazem parte dos objetivos perseguidos.

O objetivo desses apontamentos não é propor a simples inclusão de todos esses temas nos acordos da OMC. Se a meta da Organização é a liberalização comercial, qualquer regra criada dentro de seu marco tende a ficar condicionada aos interesses comerciais. Entre as alternativas propostas, foi lançada, em evento paralelo à Ministerial, a campanha por um Acordo Geral para os Serviços Públicos (GAPS, na sigla em inglês), fora da OMC. O objetivo é consolidar internacionalmente os direitos básicos a serem respeitados, qualquer que seja a modalidade de oferecimento de um serviço. As dificuldades na negociação e o florescimento de alternativas indicam que, para além dos cenários de curto prazo, há um debate em aberto.

*\* Representou o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) em Hong Kong. O IDEC é membro da REBRIP e da Consumers International.*

## Agenda Multilateral

**13-17.03.06** 3º Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3) (Curitiba)

**20-31.03.06** 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8) (Curitiba)

**27-30.03.06** Reunião bianual da OCDE (Brasília)

**05-06.04.06** Fórum Econômico Mundial para a América Latina (São Paulo)

### OMPI

**10-12.04.06** Sessão Informal do Comitê sobre Direito das Patentes (Genebra)

**24-28.04.06** Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore (Genebra)

**12-16.06.06** Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre o Desenvolvimento Legal do Sistema de Madri para o Registro Internacional de Marcas (Genebra)

### UNCTAD

**1-5.04.06** 10.ª Conferência e Exposição Africana sobre Petróleo, Gás, Comércio e Finanças (Algiers, Argélia)

# Os avanços em Hong Kong para as negociações de Produtos Não Agrícolas

Rosária Costa Baptista\*

As negociações de acesso a mercados para produtos não agrícolas (NAMA, sigla em inglês), no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), fazem parte do atual mandato de negociações conferido pela Declaração Ministerial de Doha. Este artigo trata dos principais resultados da última rodada de negociações do NAMA, na 6ª Reunião Ministerial da OMC, em Hong Kong, entre 13 e 18 de dezembro de 2005.

O mandato da Declaração Ministerial de Doha (21/11/2001) para a negociação de NAMA estabelece que as modalidades a serem acordadas devem reduzir ou, se possível, eliminar as tarifas, inclusive reduzir ou eliminar os picos tarifários, as tarifas elevadas e a escalada tarifária. Devem, também, serem reduzidas ou eliminadas as barreiras não tarifárias, em especial, sobre os produtos de interesse exportador dos países em desenvolvimento.

A Declaração estabelece, ainda, que as negociações devem levar em conta os interesses e as necessidades dos PEDs,

chamado “Pacote de Julho” que estabeleceu as bases para a continuidade das negociações após a Conferência Ministerial de Cancún.

Devido às divergências entre os países desenvolvidos e os PEDs, o texto relativo às negociações de NAMA expressava a posição de que não havia acordo sobre a modalidade principal da negociação e nem sobre as modalidades suplementares. Isto porque os países desenvolvidos queriam uma fórmula que reduzisse drasticamente as tarifas e tornar obrigatórias as negociações setoriais.

o pleito de se criar um real acesso a mercados, o que na realidade significava uma abertura maior pelos PEDs do que pelos países desenvolvidos.

Na questão de fórmulas, os países desenvolvidos tabularam propostas altamente ofensivas, com o emprego de “fórmula suíça” com coeficientes muito baixos. O coeficiente determina o grau de abertura de comércio entre os países; funciona como um teto para a tarifa final após o corte. Ocorre que a “fórmula suíça” desconsidera o perfil tarifário distinto entre os PEDs e a os países desenvolvidos.

*Quadro 1. Comparativo do perfil tarifário dos produtos não agrícolas entre o Brasil e os principais países desenvolvidos com base nas listas consolidadas dos Membros da OMC*

	Brasil		Países Desenvolvidos							
			EUA		CE		Japão		Canadá	
Intervalo*	nl	%a	nl	% a	nl	% a	nl	% a	nl	% a
0-5	65	0,8%	5.838	67,3%	5.276	63,3%	4641	73,8%	3.429	45,2%
5-10	2	0,8%	1.945	89,7%	2.183	89,5%	1220	93,2%	3.176	87,0%
10-15	52	1,3%	459	95,0%	632	97,1%	298	98,0%	597	94,9%
15-20	487	6,9%	238	97,7%	113	98,5%	27	98,4%	370	99,7%
>= 20	8.225	100,0%	200	100,0%	87	99,5%	89	99,8%	10	99,9%
Tarifas Específicas	0	100,0%	0	100,0%	40	100,0%	12	100,0%	10	100,0%
Total de linhas	8.831	100,0%	8.680	100,0%	8.331	100,0%	6287	100,0%	7.592	100,0%

\* O intervalo é aberto no início e fechado no fim.

Legenda: nl: número de linhas; %a: porcentagem acumulada.

Fonte: Departamento de Negociações Internacionais – SECEX/MDIC

inclusive dos países de menor desenvolvimento relativo, dos quais não se exigirá reciprocidade plena nos acordos que vierem a ser definidos.

## Negociações Posteriores a Cancún

O Conselho Geral da OMC, reunido em 31/07/2004, aprovou um documento,

Os PEDs deixaram claro que as negociações em NAMA estão vinculadas ao conjunto das negociações e, em particular, ao capítulo agrícola.

Nas negociações prévias à Reunião Ministerial de Hong Kong, os países desenvolvidos procuraram obter dos PEDs concessões em tarifas que iam além do mandato negociador de Doha, por exemplo,

O quadro 1 ilustra essa diferença.

Para corrigir esta distorção, Argentina, Brasil e Índia defendem a adoção de uma nova fórmula, denominada de “fórmula ABI”, que calibra o coeficiente de acordo com a média das tarifas consolidadas de cada país: a abertura resultante desta fórmula é proporcional ao grau de proteção atual de cada Membro. Ou seja, em vez de

## Salvaguardas e importações da China

Welber Barral\* e Carolina Munhoz\*\*

promover uma harmonização entre países, como faz a “fórmula suíça”, a proposta ABI gera uma harmonização interna das tarifas de cada país, ao fazer da referida média o teto para as novas tarifas e permitir um corte tarifário igual a 50% da média tarifária.

Outras questões que não obtiveram consenso foram as flexibilidades permitidas aos PEDs, no sentido de poder excluir 5% das linhas tarifárias da aplicação da fórmula ou 10% para cortes inferiores ao da fórmula, e as negociações setoriais. Quanto a estas últimas, alguns países desenvolvidos propunham que fossem obrigatórias, ainda, com relação às flexibilidades, vinculavam-nas ao coeficiente geral.

**o nível de ambição em NAMA deverá ser comparável àquele em agricultura**

### Os Resultados de Hong Kong

Do ponto de vista dos interesses do Brasil, o texto final da Declaração Ministerial para as negociações tarifárias relativas a NAMA foi bastante favorável.

No que se refere à fórmula, a Declaração estabelece que seja adotada a “fórmula suíça”, sem explicitar com quantos coeficientes - o que permite a manutenção, na mesa de negociações, da fórmula ABI.

Em resposta aos intensos debates sobre se os PEDs teriam de renunciar a algumas das flexibilidades em troca de coeficientes mais altos, que permitiriam uma redução menor das tarifas, a Declaração reafirma a importância do tratamento especial e diferenciado e da reciprocidade relativa, na qual incluem-se as flexibilidades concedidas aos PEDs, e esclarece, ainda, que as negociações setoriais são importantes, mas não devem ser obrigatórias. Finalmente, instrui os negociadores a assegurarem que o nível de ambição em NAMA seja comparável àquele em acesso a mercados para agricultura.

Isso é muito significativo para o setor industrial brasileiro, pois os países desenvolvidos propunham abertura dos mercados industriais dos PEDs sem oferecer o equivalente em seus mercados agrícolas.

A agenda comercial do Brasil, no último ano, esteve marcada, de forma inédita, pelo debate sobre os mecanismos de defesa comercial. Dentre os diversos fatores que chamaram a atenção, foi recorrente a menção à necessidade de proteção contra importações provenientes da República Popular da China.

O uso de mecanismos de defesa comercial no Brasil não é uma novidade. Desde os Acordos da Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT, na sigla em inglês) de 1947, que colocaram em vigência as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil se tornou um usuário freqüente de medidas antidumping, medidas compensatórias e de salvaguardas. Ao lado da Índia e da Argentina, o Brasil adquiriu experiência relevante nesta matéria, a ponto de o número de investigações realizadas pelo Departamento de Defesa Comercial (do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC) equivaler às investigações contra produtos brasileiros nos mercados importadores.

O caso da China, contudo, tem suas particularidades. Antes de sua entrada na OMC, a China era um alvo preferencial de medidas de defesa comercial (sobretudo antidumping) por todo o mundo. A entrada do gigante comercial na Organização implicou a extensão de garantias previstas nos Acordos a seus produtos, tornando mais complexa a aplicação de medidas de defesa comercial, sobretudo para países como o Brasil, que reconheceram a China como economia de mercado.

Um temor particular dos Membros da OMC está relacionado com os produtos têxteis, uma vez que a competitividade chinesa, aliada ao fim das quotas têxteis, pode afetar a balança mundial do produto, com conseqüências negativas para países em desenvolvimento dependentes das exportações têxteis. Uma investigação da Comissão Européia, por exemplo, revelou que, em 2005, as importações de camisetas da China subiram 187%. Isto levou a

impactos produtivos na Grécia, Portugal e Eslovênia. Ao mesmo tempo, ocupou espaço de exportadores tradicionais, como Marrocos, Tunísia, Romênia, Paquistão e Bangladesh<sup>1</sup>.

Como conseqüência deste cenário, uma particularidade foi inserida no momento da acessão da China: criou-se, na OMC, um mecanismo específico contra a invasão de produtos chineses nos mercados dos demais Membros. Os parágrafos seguintes esclarecem este mecanismo, explicitam sua regulamentação no Brasil e trazem algumas perspectivas futuras para sua aplicação.

**Um temor particular dos Membros da OMC está relacionado com os produtos têxteis**

### As salvaguardas especiais do Protocolo de Acesso

O Protocolo de Acesso da República Popular da China à OMC (PAC)<sup>2</sup> abrange todos os compromissos assumidos para seu ingresso na OMC. Os compromissos relacionados com defesa comercial são particularmente significativos, sobretudo em matéria de salvaguardas. Um dos principais dispositivos do PAC é a possibilidade de os Membros da OMC utilizarem um mecanismo transitório de salvaguardas – sob condições distintas e mais flexíveis do que as previstas pelo Acordo sobre Salvaguardas, aplicável aos demais Membros.

O PAC cria duas espécies de salvaguardas aplicáveis contra as importações de produtos chineses: as salvaguardas transitórias e as salvaguardas sobre têxteis. As salvaguardas transitórias podem ser utilizadas por qualquer Membro da OMC, até dezembro de 2013, exclusivamente contra a China, ou seja, são seletivas, ao

\* Diretora do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior.



contrário das estabelecidas com base no Acordo de Salvaguardas da OMC. Estas medidas de salvaguarda podem ser adotadas quando se constatar que as importações de produtos chineses causam prejuízo ao mercado nacional. Elas também podem ser adotadas caso a adoção de uma medida, pela China ou por outro Membro da OMC, para conter o prejuízo ao mercado, possa induzir a um desvio dos fluxos comerciais chineses para o mercado nacional.

### **No caso dos desvios dos fluxos comerciais, (...) não se requer demonstração de que há prejuízo ao mercado do país importador**

O PAC prevê outras regras que fogem ao padrão da OMC. Por exemplo, antes da aplicação das medidas de salvaguardas, o país importador deve realizar consultas com o governo chinês, para tentar negociar uma “restrição voluntária à exportação”. A medida também pode ser aplicada “pelo tempo necessário”, ou seja, pode ir além dos oito anos previstos pelo Acordo sobre Salvaguardas. Também não há revisão da necessidade de liberalização progressiva da medida, que pode ser uma tarifa ou uma restrição quantitativa.

No caso dos desvios dos fluxos comerciais, os Membros podem aplicar restrições sem conduzir investigação complexa, e também não se requer demonstração de que há prejuízo ao mercado do país importador. A grande questão aqui é de prevenção - se qualquer Membro da OMC tomar medidas contra importações chinesas, outro Membro pode adotar salvaguardas caso haja a tendência de que as vendas para aquele mercado passem a se desviar para o Membro que quer adotar salvaguardas.

O outro tipo de salvaguardas previsto no PAC, válidas até o final de 2008, são as impostas contra a importação de produtos têxteis e de vestuário originários da China. Por esta medida, os Membros da OMC podem impor um limite quantitativo de 7,5% por ano sobre o crescimento das importações chinesas de produtos têxteis

e de vestuário<sup>3</sup>. Não há a exigência de um processo de investigação, e as consultas podem ser iniciadas diretamente entre a autoridade nacional e a China. Além disso, caso não haja acordo mutuamente satisfatório, garante-se ao Membro importador o direito de aplicar a restrição.

Após a acessão da China, seria necessário que os Membros interessados em adotar as salvaguardas específicas as regulamentassem por normas internas. Isto foi feito rapidamente pelos principais atores (Estados Unidos da América, Comunidades Européias e Canadá). Nos anos seguintes, outros parceiros passaram a sentir os efeitos das exportações chinesas, o que levou, por exemplo, a países vizinhos do Brasil – como Colômbia, Peru e Equador – adotarem normas internas regulamentando a aplicação daquelas salvaguardas<sup>4</sup>.

Em todos esses países, entretanto, a aplicação de salvaguardas contra exportações chinesas tem sido realizada de forma cuidadosa e seletiva. Em geral, é o setor têxtil o alvo dos governos nacionais, da aplicação de medidas temporárias de proteção. Assim ocorreu nas Comunidades Européias, Colômbia e Peru<sup>5</sup>. Nos EUA, houve uma série de pedidos de salvaguardas, mas poucas aplicações efetivas da medida. Desde então, o representante comercial norte-americano tem-se esforçado para negociar um acordo têxtil amplo, postergado quanto possível por Pequim<sup>6</sup>.

### **A regulamentação brasileira**

Com base no disposto no PAC, o Brasil criou uma regulamentação específica para a imposição de medidas de salvaguardas contra produtos chineses, baseada nas obrigações assumidas por aquele país na OMC. Em 2005, o Decreto n. 5.556 regulamentou as salvaguardas transitórias, e o Decreto n. 5.558 regulamentou as salvaguardas sobre têxteis<sup>7</sup>. Em ambos os documentos, o governo brasileiro reafirma que as medidas de salvaguarda poderão ser aplicadas somente depois de esgotados os procedimentos de consultas, constituindo um último recurso para evitar a desorganização de mercado (*market disruption*).

O Decreto 5.556 define a existência de “desorganização de mercado” quando as importações de um produto da China aumentam rapidamente, em termos absolutos ou relativos, de forma que sejam uma causa significativa de dano material ou ameaça de dano material à indústria

doméstica do produto similar ou diretamente concorrente. Prevê-se ainda a possibilidade de salvaguardas que poderão ser adotadas em circunstâncias críticas, por um período máximo de 200 dias, quando a demora na aplicação da medida definitiva puder causar dano de difícil reparação (art. 19). O desvio de comércio, ou seja, quando ações adotadas por um terceiro país da OMC contra a China causem ou ameacem causar um aumento de exportações chinesas para o Brasil, será outra situação em que as salvaguardas serão aplicadas (art. 24). Depois de constatado o prejuízo do setor reclamante, e não havendo acordo entre os governos, a medida será encaminhada para aprovação da Câmara de Comércio Exterior (Camex). As salvaguardas poderão ser implementadas por meio de um adicional à Tarifa Externa Comum (TEC), por restrições quantitativas (cotas) ou ambas.

### **o governo brasileiro reafirma que as medidas de salvaguarda constituem um último recurso para evitar a desorganização de mercado**

No caso de têxteis, a realização de consultas – feitas após a abertura da investigação – condiciona-se à limitação de imediato, por parte da China, de suas exportações para o Brasil de modo a não permitir que o crescimento ultrapasse 7,5% (6% para produtos de lã), da quantidade importada nos doze meses anteriores (Decreto n. 5.558, art. 8º, § 6º). O Decreto específico estabelece que poderá ser aplicada medida de salvaguarda têxtil nos casos em que o Governo brasileiro considere que as importações da China crescem em quantidades e em condições tais que causem ou ameacem causar prejuízo ao mercado que impeça o desenvolvimento ordenado do comércio desses produtos. Caso não seja alcançada uma solução mutuamente satisfatória, o Decreto prevê então que poderá ser



Quadro 1. Salvaguardas contra Produtos Provenientes da China

Medida	Fundamentos	Prazos
<b>Salvaguardas Transitórias</b>	- importações causam ou ameaçam causar prejuízo ao mercado nacional - desvio de comércio para mercado nacional	- Aplicáveis até Dezembro/2013  - Aplicável por 2 ou 3 anos (com renovações)
<b>Salvaguardas para produtos têxteis</b>	- aumento das importações causam ou ameaçam causar prejuízo - limite quantitativo de 7,5% por ano sobre o crescimento das importações chinesas	- Aplicáveis até 2008  - Aplicáveis por um ano (com renovações)
<b>Salvaguardas Temporárias</b>	- Circunstâncias críticas	- Período máximo de 200 dias

aplicada medida de salvaguarda mediante contingenciamento das importações do produto em questão, com término em 31 de dezembro do ano em que o pedido de consultas foi apresentado (art. 13).

As salvaguardas para têxteis, quando forem aplicadas, terão validade máxima de um ano, podendo ser apresentada nova solicitação após este período. No caso dos demais produtos, o período máximo varia entre dois (quando constatado aumento relativo de importações) e três anos (aumento absoluto de importações).

## Perspectivas

A regulamentação das salvaguardas contra produtos chineses foi reivindicada com ênfase pela indústria nacional nos últimos meses. À publicação dos decretos, seguiu um número considerável de pedidos de aplicação de medidas, por diversos setores – da indústria ótica ao setor de ferramentas – que têm enfrentando, nos últimos anos, acirrada concorrência no mercado nacional. Deve-se chamar a atenção, entretanto, para o fato de que essas medidas não são panacéia para os problemas de competitividade da indústria nacional. Em primeiro lugar, pelo seu caráter temporário; afinal, as medidas de salvaguardas contra produtos chineses mantiveram a característica fundamental das salvaguardas gerais da OMC: são aplicáveis durante certo período de tempo, a fim de que indústria nacional possa adaptar-se à concorrência. Neste sentido, é importante o planejamento das indústrias que forem protegidas, no sentido de buscar uma

reestruturação a médio prazo, que eleve a competitividade da produção local. Daí a preocupação em reduzir custos indiretos – como logística, burocracia, corrupção, tributação – que afetam a produção no Brasil. Notícias recentes informam que algumas medidas foram adotadas pelo governo brasileiro para minimizar o impacto das importações chinesas, como concessão de subsídios, fiscalização aduaneira mais rigorosa e restrições voluntárias às exportações. Embora tenham aspectos positivos, inclusive fiscais, essas últimas medidas são, igualmente, paliativos que apenas resvalam nos problemas estruturais de competitividade.

Em segundo lugar, é importante notar que essas salvaguardas não serão aplicadas automaticamente, nem de maneira indiscriminada. As regras multilaterais, apesar de mais flexíveis, ainda estipulam obrigações a serem cumpridas pelas autoridades administrativas brasileiras. De outro lado, é previsível que alguns setores reagirão contra as salvaguardas; isto é menos esperado no que se refere aos consumidores, mas muito provável quando se tratar de medidas aplicadas contra insumos produtivos, que afetam os custos da indústria seguinte na cadeia produtiva.

Por fim, é importante recordar que a China não ficará necessariamente passiva diante das medidas brasileiras. Aquele país poderá recorrer à OMC contra a interpretação ou a forma de implementação de medidas pelo Brasil. Embora a China, até agora, tenha tido um comportamento reservado no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC,

também é importante ressaltar que todos os casos envolvendo salvaguardas foram vencidos pelos países reclamantes. Mais ainda, o próprio PAC permite que, se as medidas forem impostas por mais de dois ou três anos (dependendo do caso), a China poderá retaliar, suspendendo concessões comerciais contra o país que impôs a medida<sup>8</sup>. Desde março de 2005, o governo chinês vem repetindo, na OMC, que considera discriminatórias as medidas de salvaguardas adotadas especificamente contra seus produtos, o que lhe permite adotar as “contramedidas apropriadas”<sup>9</sup>.

Todos estes fatores reafirmam a relevância das regras multilaterais e do aprendizado brasileiro na matéria, a fim de resguardar interesses de curto prazo em termos de defesa do mercado nacional. O dever de casa, entretanto, são as reformas futuras; e esta ainda é matéria inconclusa.

\* *Professor de Direito Internacional Econômico na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).*

\*\* *Professora de Direito Internacional (UFSC).*

1 Comissão Européia, *Regras interpretativas para a aplicação de medidas de salvaguardas no setor têxtil* (Regulamento 3030, de 2003).

2 OMC, PAC, art. 16, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 5.544, de 22 de setembro de 2005.

3 A respeito da aplicação desta restrição pela China para os produtos exportados para o Brasil, v. Pontes Quinzenal, v. 1, n. 3, de 20 de fevereiro de 2006.

4 Colômbia, Decreto n. 1480, de 11.05.2004; Peru, Decreto 026-2003-MINCETUR, de 25.12.2003; Equador, pela recente Resolução Comexi n. 320, de 16.09.2005.

5 A aplicação de salvaguardas deve ser comunicada à OMC. As informações sobre medidas aplicadas podem ser obtidas na página <www.wto.org>.

6 United States Trade Representative <www.ustr.gov>.

7 Diário Oficial da União, 6 de outubro de 2005.

8 Art. 16.6.

9 Artigo 32 do PAC, que permite à China adotar medidas equivalentes (*corresponding measures*) quando um Membro da OMC discriminar os produtos chineses. O PAC não esclarece o que seria discriminação neste contexto, nem há norma interna na China que especifique este procedimento.

(continuação da pág. 3)

técnico informal, que reúne periodicamente no Ministério da Agricultura, quatro ministérios além de representantes do setor privado, com o objetivo de subsidiar a atuação brasileira e do G-20 nas negociações, a seleção pela UE de apenas 2% dos produtos agrícolas como sensíveis abarcaria praticamente a totalidade das atuais exportações brasileiras para aquele mercado.

O Brasil continuará, de toda maneira, ocupando o centro das negociações; além de estar preparado para enfrentar o mercado agrícola internacional, são poucos os países

**além de estar preparado para enfrentar o mercado agrícola internacional, são poucos os países que fizeram a lição de casa como o Brasil**

que fizeram a lição de casa como o Brasil, em passado recente, com a abertura do seu mercado agrícola, redução da intervenção governamental e geração de tecnologias adaptadas às novas fronteiras agrícolas. Em estudo sobre a política agrícola brasileira, elaborado, em 2005, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Brasil foi apontado como o segundo país menos intervencionista no mundo, em agricultura, ficando atrás apenas da Nova Zelândia e à frente da Austrália, país notoriamente liberal em sua política agrícola. A despeito dos reconhecidos custos aos produtores agrícolas no processo de ajuste, a lição gerou um setor fortalecido que tem respaldado as fortes posições do governo brasileiro, dando consistência à liderança do país no processo negociador da OMC.

\* *Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.*

\*\* *Diretor do Departamento de Assuntos Comerciais da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.*

## Bens ambientais: desfazendo mitos para identificar oportunidades

Robert M. Hamwey\*

Após 04 anos de discussão, os negociadores da OMC ainda não conseguem concordar sobre o que seja um bem ambiental. Conseqüentemente, ainda não se chegou a um texto de referência básico necessário para que se dê início nas negociações acerca das modalidades, o que deixa os negociadores bem distantes de alcançar um acordo.

Os países desenvolvidos têm uma idéia muito clara acerca do que seja um bem ambiental. Ansiosos por concluir um acordo que lhes proporcione ganhos futuros, muitos têm proposto listas de bens ambientais nas negociações. Por outro lado, os países em desenvolvimento ainda necessitam enviar suas listas de bens ambientais para discussão. Vários deles estão convencidos de que só pode haver um vencedor neste jogo, e o fato de que há ganhos evidentes para os países do Norte significa que haverá perdas expressivas para os países do Sul.

Ao sucumbirem a mitos emergentes que projetam perspectivas sombrias em relação à liberalização do comércio para os países do Sul, muitos países em desenvolvimento não participam das negociações com o devido entusiasmo. Se o crescimento do PIB, experimentado tanto por países desenvolvidos quanto por países em desenvolvimento na última década, puder servir como indicação, a liberalização do comércio pode ter como resultado vencedores em ambos os lados. Certamente, no horizonte nublado dos bens ambientais, deve haver um céu límpido e um arco-íris ainda a serem descobertos pelos países em desenvolvimento.

### Mitos emergentes

Lamentavelmente, grande parte do senso comum derivado de recentes estudos<sup>1, 2, 3</sup>, reuniões de trabalho e declarações dos Membros da OMC continua a iludir os negociadores. Em específico, a busca pela identificação de bens ambientais com interesse para os países em desenvolvimento têm sido obscurecida por dois mitos amplamente difundidos:

1. Bens ambientais nas listas da OCDE e da APEC (classe A) são de pouco interesse para os países em desenvolvimento; e,
2. Bens preferencialmente ambientais

(classe B) serão responsáveis pela maior parcela dos ganhos com exportação pelos países em desenvolvimento.

Estes mitos têm atrapalhado as negociações. Emperradas em uma discussão teórica sobre as listas de bens ambientais que já dura quatro anos, a relevante tarefa prática de elaborar as modalidades de discussão (incluídas as disposições sobre tratamento especial e diferenciado para assegurar ganhos comerciais para os países em desenvolvimento) não foi sequer iniciada. Infelizmente, como ocorreu na Rodada Uruguai, pressões de natureza política e temporal podem deixar pouco espaço para elaboração de regras de tratamento especial e diferenciado uma vez que, finalmente, haja acordo sobre a lista.

### Desfazendo os mitos<sup>4</sup>

Para irmos além da discussão teórica acerca da lista, é necessário que a realidade substitua os mitos, de forma que as oportunidades possam ser vislumbradas:

#### *Listas da OCDE e da APEC: significativo interesse para PEDs*

Como estudos e declarações de Membros da OMC corretamente observam, bens ambientais classe A são, principalmente, bens industriais manufaturados de grande valor agregado, em relação aos quais os países em desenvolvimento possuem um balanço comercial negativo. Estes fatos, no entanto, não devem sugerir que somente países desenvolvidos produzem bens ambientais classe A, tampouco que tais bens são considerados de pouco interesse para exportação pelos países em desenvolvimento. Já se passaram vários anos desde a era colonial, e os países em desenvolvimento são, hoje, os maiores produtores mundiais de manufaturas. A proporção de produtos manufaturados nas suas exportações tem aumentado

continuamente de apenas 20%, em 1980, para 75%, em 2003<sup>5</sup>. Os países em desenvolvimento, atualmente, produzem e exportam uma vasta gama de bens ambientais classe A.

Embora países em desenvolvimento tenham um déficit comercial em bens ambientais dessa classe, estes bens encontram-se na categoria mais dinâmica de bens para exportação. Em razão de crescerem a uma taxa anual de 12,5% e aumentarem sua participação no total de exportações de 2,5% para 2,8% entre 1997 e 2003, o incremento das exportações de bens ambientais classe A excedeu a taxa de crescimento das exportações mundiais, de 9,8%, durante o mesmo período. Ainda que o fluxo de exportações dirija-se essencialmente para o Norte, o comércio entre países do Sul é significativo. Em 2003, cerca de 20% das importações de bens ambientais classe A por países do Sul eram fornecidas por países do Sul, enquanto, em 1997, eram somente 13%. Certamente, a redução dos altos níveis tarifários atuais poderia estimular um incremento no comércio Sul-Sul dessa categoria de bens e contribuir para a diminuição do hiato comercial existente entre os países do Sul e os demais.

Estudos e negociadores corretamente notaram que os 10 grandes países em desenvolvimento são a fonte de 90% de todas as exportações de bens ambientais classe A do Sul. Isso, contudo, não deve implicar em que países em desenvolvimento menores possuam menor interesse na exportação de tais bens. Muitos destes possuem uma relação de exportação de bens ambientais de classe A em relação ao PIB maior do que a daqueles. Além disso, devido ao fato de que muitos bens ambientais classe A são bens intermediários usados na produção de tecnologia ambiental, tarifas mais baixas em bens ambientais classe A poderiam aumentar as perspectivas de um amplo grupo de PEDs de participarem em cadeias de produção a eles relacionadas.

Aqueles mesmos estudos e negociadores também reconheceram que muitos bens ambientais classe A são bens intermediários de usos variados. A redução de tarifas de importação em bens ambientais classe A trará, desta forma, uma redução no custo dos insumos para produtores em países em desenvolvimento, permitindo-lhes que aumentem o valor agregado de seus produtos e, conseqüentemente, sua competitividade

nos mercados interno e internacional. Assim, é surpreendente que os países em desenvolvimento entendam o uso variado como um problema administrativo em vez de uma oportunidade econômica.

Os números e tendências supra mencionados indicam que a liberalização de bens ambientais classe A pode produzir ganhos dinâmicos para muitos países em desenvolvimento. Infelizmente, o foco que estudos recentes têm dado unicamente sobre equilíbrio no comércio internacional não consegue revelar esse importante fato.

### **a liberalização de bens ambientais classe A pode oferecer oportunidades muito maiores do que a dos bens de classe B**

#### *A importância dos bens preferencialmente ambientais para os PEDs.*

É incorreto presumirmos que os países em desenvolvimento alcançarão maiores ganhos com exportações de bens ambientais classe B simplesmente porque, para tal classe de bens, eles possuem saldo positivo no seu balanço comercial. O nível de exportações, por parte de países em desenvolvimento, de um grupo de bens ambientais classe B examinado pela UNCTAD<sup>4</sup> foi de apenas US\$18 bilhões em 2003, enquanto as importações permaneceram em aproximadamente US\$14 bilhões. Ainda que haja um superávit comercial nessa categoria, não se trata de algo expressivo.

Bens ambientais classe B mostram pouco dinamismo. A taxa de crescimento anual das exportações dos países em desenvolvimento para o principal grupo de bens ambientais classe B, entre 1997 e 2003, foi de apenas 8,7%, abaixo do crescimento registrado nas exportações mundiais e significativamente menor do que o crescimento de 12,5% das exportações de bens ambientais classe A. Em termos absolutos, as exportações do núcleo de bens ambientais classe B dos países em desenvolvimento aumentou de US\$13 bilhões para somente US\$18 bilhões entre 1997 e 2003, enquanto suas

exportações de bens ambientais classe A mais do que dobrou, passando de US\$27 bilhões para US\$56 bilhões. Claramente, a liberalização de bens ambientais classe A pode oferecer aos países em desenvolvimento oportunidades muito maiores no que diz respeito à renda e à geração de empregos do que bens ambientais classe B.

Não obstante, muitos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) e países em desenvolvimento com pequenas áreas rurais figuram na lista de grandes exportadores de bens ambientais classe B em relação aos seus PIBs. Esta observação, aliada ao fato de que a maior parte das exportações destes países concentram-se em commodities provenientes da extração de recursos naturais, indica que a liberalização do comércio de bens ambientais classe B será essencial para proporcionar ganhos imediatos com as exportações. Este é o valor que eles trazem para as negociações. Seguramente, no entanto, um número maior de países em desenvolvimento com economias mais diversificadas obterá ganhos mais substanciais com a liberalização de bens ambientais classe A.

\* *Cen2eco: Centre for Economic and Ecological Studies, Genebra, Suíça.*  
Email: [rmh@cen2eco.org](mailto:rmh@cen2eco.org).

<sup>1</sup> UNCTAD, 2003, Environmental Goods and Services in Trade and Sustainable Development (Bens Ambientais e Serviços no Comércio Internacional e Desenvolvimento Sustentável), Nota do secretariado da UNCTAD, TD/B/COM.1/EM.21/2, UNCTAD:Geneva.

<sup>2</sup> Singh, S., 2005, Environmental Goods Negotiations: Issues and options for ensuring win-win outcomes, IISD:Winnipeg. (Negociação de Bens Ambientais: Problemas e Opções para Assegurar Situações de Ganho para Todas as Partes)

<sup>3</sup> Howse, R. and van Bork, P. B., 2005, Liberalising Environmental Goods in the Doha Round, Bridges (Liberalizando Bens Ambientais na Rodada de Doha), 8, August 2005, pp. 12–14, ICTSD:Geneva.

<sup>4</sup> Os dados referentes aos bens ambientais citados nesta seção provêm de: UNCTAD, 2005, Identifying Items of Export Interest to Developing Countries (Identificando Itens de Interesse para Exportação pelos Países em Desenvolvimento), CBTF Briefing Note, UNCTAD:Geneva. Disponível em <http://www.unep-unctad.org/cbtf/cbtf2/meetings/briefing.htm>.

<sup>5</sup> UNCTAD, 2004, Handbook of Statistics, UNCTAD:Geneva.



## Reuniões em Montreal discutem o clima

Durante os dias 28 de novembro e 10 de dezembro de 2005, foi realizada, em Montreal, a 1ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto (COP/MOP1), no âmbito da 11ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP11). Várias decisões foram tomadas sobre o futuro do Protocolo.

Essa foi a primeira reunião que ocorreu, após a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, em fevereiro de 2005. Nesta reunião, foram tomadas mais de 40 decisões que visam à restauração da efetividade do Protocolo - dentre as quais, inclui-se o compromisso assumido pelos Estados partes de iniciar as negociações sobre metas de redução das emissões de carbono para o período posterior a 2012, data em que o Protocolo expirará. Para tanto, criou-se um grupo de trabalho *ad hoc*, cuja primeira reunião se dará em maio de 2006, juntamente com a 24ª reunião dos órgãos subsidiários ao Protocolo.

### Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

A reunião de 2005 abordou, ainda, a regulamentação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que, de acordo com o Artigo 12 do Protocolo de Quioto, tem por fim o incentivo de investimentos por entidades públicas e privadas em projetos que reduzam a emissão de gases que causem o efeito estufa em países em desenvolvimento. Nesta reunião, os países desenvolvidos comprometeram-se a concederem financiamentos na ordem de US\$ 13 milhões, durante o período 2006-2007, para a implementação de MDLs.

Também foi discutido o processo necessário para a obtenção das Reduções de Emissão Certificadas (CER, na sigla em inglês), que, agora, devem passar por três fases: de registro, de verificação e de certificação.

Na primeira, deverá ser apresentado, para cada MDL, um projeto instruído com uma série de documentos que expliquem, dentre outros pontos, a metodologia para o cálculo dos níveis de carbono que servirão de base para o estabelecimento das metas de redução. Tal projeto será avaliado por uma entidade operacional independente e, em seguida, será apresentado à Diretoria Executiva, a quem compete aceitá-lo formalmente como um projeto de MDL. Na segunda fase, a implementação das metas de redução de emissão detalhadas no projeto aprovado será fiscalizada por uma

entidade operacional até sua consecução final. Momento este em que passa para a terceira fase, quando se constata a realização das metas iniciais e permite-se a emissão da respectiva CER.

### Estabelecimento de novos órgãos

Além de fortalecer o MDL, a COP/MOP1 decidiu pela instalação de alguns órgãos que visam a possibilitar uma implementação mais eficiente dos compromissos assumidos pelos países no âmbito do Protocolo. Assim, criou-se o Conselho de Supervisão de Implementação Conjunta (*Joint Implementation Supervisory Board*), cuja função será fiscalizar a execução do mecanismo de Implementação Conjunta, que visa à atuação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para a construção de projetos que reduzam emissões.

Destaca-se, ainda, o estabelecimento do Comitê de Implementação (*Compliance Committee*), cuja função será supervisionar a prestação de contas dos países quanto aos compromissos assumidos perante o Protocolo e estabelecer um regime de responsabilidades pelo não cumprimento das metas assumidas. O referido comitê terá duas seções: a de facilitação (*Facilitative Branch*) e a de aplicação (*Enforcement Branch*).

A primeira será responsável por aconselhar e auxiliar os Estados partes do Protocolo com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos no Protocolo - sempre com consideração do princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada. Deste modo, a seção de facilitação poderá questionar os países em relação à implementação de mecanismos específicos do Protocolo, como, por exemplo, o Art. 3.14 e o Art. 6. Além disso, a referida seção dará assistência técnica e financeira aos países envolvidos - incluindo transferência de tecnologia e capacitação.

A segunda seção, por sua vez, será responsável por determinar se o país cumpre ou não as obrigações assumidas previstas no Protocolo, dentre as quais se

inclui a redução de emissão de carbono (Art. 3.1). Caso seja verificado o descumprimento de uma obrigação, tal seção tomará as medidas com vistas à integridade do meio ambiente e o incentivo para que os países cumpram suas obrigações.

A violação dos Artigos 5.1, 5.2, 7.1 ou 7.2, por exemplo, implica na obrigação de o Estado violador apresentar à seção um relatório com as explicações do não-cumprimento e a indicação das medidas que pretende tomar para remediar o não-cumprimento, estabelecendo um prazo para a implementação das mesmas - que não pode exceder a 12 meses.

Caso haja descumprimento do Artigo 3.1, por outro lado, um número de toneladas equivalente a 1,3 vezes a quantidade em toneladas do excesso de emissão será deduzido do montante de emissão determinado para o segundo período de compromissos. Além disso, também será suspensa a elegibilidade para as transferências previstas no Artigo 17 do Protocolo. Por fim, será obrigatória a apresentação de um relatório semelhante ao referido anteriormente - a única mudança é o prazo de implementação, que passa de 12 meses para 3 anos.

Decidiu-se, também, pelo estabelecimento do Comitê de Supervisão, ao qual competirá a supervisão das Unidades de Redução de Emissão originadas dos projetos previstos no Artigo 6 do Protocolo. Esta atividade de verificação tem como escopo a constatação de que os projetos de redução de emissões antropogênicas têm atingido os requisitos do Artigo 6 do Protocolo e os próprios objetivos do projeto. Além disso, será responsável pelo credenciamento das entidades independentes e pelas mudanças em seus requisitos.

### Outras decisões

Durante a reunião, também foram aprovados os Acordos de Marrakesh, que se referem a aspectos operacionais do Protocolo de Quioto e à criação de um mercado global de carbono.

Com relação à questão do desmatamento em países em desenvolvimento, os países



obrigaram-se a apresentar, até 31 de março de 2006, relatórios que exponham suas visões sobre o assunto e apresentem dados científicos, metodológicos e, até mesmo, uma abordagem política sobre o tema.

Foi adotado, também, um Plano de Ação para Adaptação, com prazo de 5 anos, destinado a auxiliar os países de menor desenvolvimento relativo a lidarem com os impactos da mudança climática.

### Metas de redução dos países em desenvolvimento?

Durante a reunião, alguns países desenvolvidos propuseram o estabelecimento de metas de redução das emissões de carbono para os países em desenvolvimento; contudo, não houve acordo sobre o tema. Essa proposta foi apresentada em razão, principalmente, da situação de China e Índia - países que têm obtido expressivas taxas de crescimento nos últimos anos, acompanhadas de um significativo aumento em suas emissões de carbono. Estima-se que, se mantidas suas atuais taxas de crescimento, China – que já é o segundo maior poluidor do mundo – e Índia superarão, em alguns anos, os níveis de emissão de muitos países desenvolvidos. De acordo com os proponentes, isso implicaria em desequilíbrio dentre as partes do Protocolo, pois esses países seriam privilegiados ao não terem limites para sua atividade industrial.

Os países desenvolvidos falam em “justiça climática”, no sentido de que também os países em desenvolvimento devem se responsabilizar pela diminuição na emissão de gases de efeito estufa. Por outro lado, os países em desenvolvimento consideram que a pressão dos países desenvolvidos sobre eles nada mais é do que uma tentativa de desviar o foco para o não-cumprimento de suas próprias metas. De fato, os países desenvolvidos ameaçam não avançar no Protocolo se os PEDs não adotarem metas de redução.

Segundo dados de 2003 do *World Resources Institute*, os Estados Unidos emitiram, desde 1950, um total de, aproximadamente, 50,7 bilhões de toneladas de carbono, enquanto China (4,6 vezes mais populosa) e Índia (3,5 mais populosa) emitiram, respectivamente, 15,7 e 4,2 bilhões de toneladas<sup>1</sup>. Segundo o mesmo relatório, 60% das emissões de carbono são originadas em países desenvolvidos – onde se concentra apenas 20% da população mundial.

Os países desenvolvidos, por sua vez, comprometeram-se, no âmbito da Convenção sobre Mudança Climática, a financiar e a assistir tecnicamente os países em desenvolvimento no processo de pesquisa de fontes de energia limpa. Há de se ressaltar, contudo, que isso não ocorre de modo desinteressado, posto que o desenvolvimento de fontes de energia mais limpa e renovável implica num menor uso de petróleo – o que é de interesse direto de vários países.

Embora não haja obrigação específica, os países em desenvolvimento já têm concordado em realizar reduções voluntárias na emissão de gás carbônico por meio do desenvolvimento de formas de energia limpa, de reflorestamento etc.

### Assuntos pendentes

Dentre os assuntos debatidos nesta reunião, alguns não foram objeto de consenso entre os Estados partes. Nesse sentido, a utilização dos mecanismos de captura de carbono como MDL e a questão do desmatamento das florestas tropicais como forma de redução de emissão de carbono por parte dos países em desenvolvimento são temas que deverão ser retomados posteriormente.

Além destes, dois outros aspectos do Artigo 3.9 Protocolo, referente a metas de redução de emissão, foram discutidos: o estabelecimento de novas metas para os países desenvolvidos para o período posterior a 2012 e a adoção de compromissos voluntários por parte de países em desenvolvimento - ponto em que a Rússia, particularmente, insistiu, mas encontrou a resistência do Brasil.

Por fim, enfatizou-se, igualmente, a necessidade de os países desenvolvidos cumprirem suas obrigações no que se refere à transferência de tecnologia e à assistência financeira e técnica para os países de menor desenvolvimento relativo. Esta assistência visa ao combate dos efeitos da mudança climática e ao desenvolvimento de formas limpas de energia e de outros mecanismos que permitam a redução de emissões e dos efeitos das mudanças climáticas.

*Os documentos resultantes desta reunião encontram-se disponíveis em <<http://unfccc.int>>.*

<sup>1</sup> World Resources Institute. Annual Report 2003. Disponível em: <<http://www.wri.org>>

## Agenda Regional MERCOSUL

**08-10.03.06** 82ª Reunião ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul (Montevideu)

**09.03.06** Reunião por videoconferência entre Mercosul e Índia

**09-10.03.06** Reunião do Grupo Código Aduaneiro do Mercosul-CAN (Buenos Aires)

**13.03.06** Reunião Intramercosul: cooperação Mercosul - UE (Buenos Aires)

**13-16.03.06** Reunião do Grupo *ad-hoc* ACE 59 (Lima)

**21-23.03.06** Reunião Mercosul-Cuba (Buenos Aires)

**22-23.03.06** 3ª Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos (Buenos Aires)

**24.03.06** Reunião Mercosul-CARICOM (Buenos Aires)

**27-28.03.06** Reunião sobre Acordos Regionais Mercosul-OMC (Buenos Aires)

**27-29.03.06** Reunião do Comitê de defesa comercial e salvaguardas (Buenos Aires)

**27-30.03.06** Reunião do Comitê Técnico n.º 3 - Normas e Disciplinas Comerciais (Buenos Aires)

### Agenda Regional MERCOSUL

**27-31.03.06** 6ª Reunião de Alto Nível Mercosul-Japão (Buenos Aires)

**28-29.03.06** Reunião do Grupo sobre Serviços (Buenos Aires)

**29.03.06** Reunião por videoconferência Mercosul-Israel

**29.03.06** Reunião Mercosul – Conselho de Cooperação do Golfo (Buenos Aires)

**29.03.06** Reunião extraordinária dos Ministros do Meio Ambiente do Mercosul (Curitiba)

**29.03.06** Reunião Mercosul-EFTA (Genebra, Suíça)

**30.03.06** Reunião Mercosul – Chile (ACE 35) sobre Serviços (Buenos Aires)

**03-07.04.06** 10ª Rodada negociadora Mercosul-SACU (Mbabane, Suazilândia)

**05-07.04.06** 36ª Reunião ordinária do GT sobre Meio Ambiente (Buenos Aires)

**05-07.04.06** 83ª Reunião ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul (Montevidéu)

**06.04.06** Reunião Mercosul-Egito (Buenos Aires)

**07.04.06** Reunião Mercosul-Marrocos (Buenos Aires)

## Acesso da Venezuela no Mercosul<sup>1</sup>

Lia Valls Pereira\*

Tendo em vista o atual contexto de questionamento sobre os rumos da integração regional no Mercosul, este artigo tem como primeiro objetivo analisar as implicações da acesso da Venezuela como Membro efetivo do bloco e, em um segundo momento, analisar as consequências da acesso nas relações comerciais Brasil-Venezuela.

No debate sobre o Mercosul, a incorporação de novos sócios sempre esteve presente. O Mercosul dos quatro países fundadores seria o embrião para um projeto de integração amplo e profundo da América do Sul. As dúvidas se referiam ao tempo propício a essa ampliação. Alguns consideravam que essa ampliação só deveria ocorrer após a consolidação da união aduaneira. Outros, que a entrada de novos sócios seria um fator positivo para a integração. A entrada de um novo Membro poderia obrigar os sócios fundadores a reverem a agenda de negociações e implementarem novas disciplinas positivas para a integração.

O “tempo ideal” para a entrada de um novo Membro deixou de ser uma questão. Em dezembro de 2005, foi anunciada a entrada da Venezuela, como membro pleno da união aduaneira. Quais as implicações para as relações comerciais Brasil-Venezuela, no quadro de negociações do Mercosul?

### Mercosul - Comunidade Andina

Os países do Mercosul e da Comunidade Andina assinaram um acordo de livre comércio, em dezembro de 2003, após negociações que foram iniciadas, em 1998. As negociações para a definição dos cronogramas de desgravação tarifária para a implementação de uma área de livre comércio foram guiadas pelo princípio do “Tratamento Especial e Diferenciado”, como forma de atenuar as assimetrias entre os países. O que isso significa?

Economias menores como Equador, Paraguai e Uruguai são beneficiados com prazos mais longos para a desgravação tarifária de seus produtos. O Brasil, como a maior economia do acordo, concede prazos mais longos para todos os países e recebe prazos menores. A adoção do tratamento diferenciado levou a uma negociação bilateral com 67 cronogramas distintos de desgravação. No caso das negociações Brasil e Venezuela, por exemplo, foram estabelecidos os seguintes cronogramas.

i) Um cronograma geral dividido em três listas de desgravação: uma para produtos a que ambos os países oferecem livre acesso imediato aos seus mercados; a segunda em que o Brasil concede um prazo de 4 anos para livre acesso a seu mercado e recebe, em troca, um prazo de 6 anos para livre acesso ao mercado da Venezuela; e, uma terceira que o Brasil oferece um prazo de 8 anos em troca de 12 anos.

ii) Um cronograma para produtos do patrimônio histórico da Aladi (Associação Latino Americana de Integração) — produtos que já eram negociados com margens de preferências. O Brasil oferece livre entrada no seu mercado, em 2009, e a Venezuela, em 2013.

iii) Um cronograma para produtos sensíveis, cujo prazo para a liberalização total, para ambos os países, é 2018.

O Boletim de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria (outubro/novembro de 2004) estimou como o cronograma proposto afeta o valor das exportações. Nesse caso, cerca de 80% das exportações da Venezuela terão acesso imediato ou em um ano ao mercado brasileiro. Nesse mesmo período, o percentual das exportações brasileiras beneficiadas no mercado venezuelano é de 14%. Somente num prazo de 11 a 15 anos, cerca de 60% das exportações venezuelanas terão livre acesso ao mercado do Brasil.

Além da complexidade para a condução das transações comerciais que os múltiplos cronogramas de desgravação tarifária acarretam, é duvidoso que essa seja a melhor forma de atenuar assimetrias entre países com níveis de desenvolvimento desiguais. No processo de formação do Mercosul, o uso de tratamento diferenciado na definição dos cronogramas de liberalização foi utilizado de forma restrita. A concepção original era que as assimetrias seriam tratadas através de políticas específicas, o que não ocorreu.

A crise da Argentina e a percepção pelos sócios menores de que os benefícios do

processo de integração não são claros, levaram a um papel de destaque o tema da assimetria entre os quatro sócios do Mercosul, nos últimos anos. A entrada da Venezuela, como sócio pleno do Mercosul requer o atendimento de dois requisitos: a conformação com a tarifa externa comum do Mercosul e a liberalização do comércio com os novos sócios.

O Mercosul passa por um período em que os rumos da integração são debatidos. Deve-se renegociar a tarifa externa comum, devem-se permitir cláusulas de salvaguardas intra-regionais, deve-se avançar a negociação para novas áreas, como serviços? Nesse momento, a negociação da liberalização com a Venezuela assume especial importância.

**Nesse momento, a negociação da acessão da liberalização com a Venezuela assume especial importância**

Dois cenários são possíveis. A preservação do uso do tratamento diferenciado de forma extensa, em termos de cronogramas de liberalização, poderá suscitar a demanda pelos sócios menores - e mesmo da Argentina - da introdução de novas exceções ao processo de consolidação da união aduaneira. O risco sempre é que, nesse processo de exceções, crie-se um "comércio administrado", em que o peso das decisões é freqüentemente influenciado pelos setores com maior capacidade de exercerem politicamente as suas demandas protecionistas. O segundo supõe uma renegociação do programa de liberalização com a Venezuela, nos moldes do que foi o processo do Mercosul (desgravação em 4 anos). E, aqui, poderá se criar um novo estímulo para o debate e a definição de políticas que auxiliem a corrigir as assimetrias no Mercosul.

## Mercosul Mais Equilibrado

O produto interno bruto (PIB) da economia brasileira é ao redor de 65% a 70% do PIB do Mercosul (o percentual varia em função do desempenho econômico de cada país, em

determinado ano). O produto *per capita* da Venezuela (medido pelo poder de paridade de compra) foi US\$ 4.909, um pouco acima do Paraguai no valor de US\$ 4.724 (dados do *Trade Profiles* da Organização Mundial do Comércio). A maior diversificação da estrutura produtiva brasileira e o tamanho da economia levam a uma pauta de padrão de comércio, que favorecem os produtos brasileiros, em especial as manufaturas.

No ano de 2003, o PIB do Brasil explicou 73% do PIB Mercosul. Incluindo a Venezuela no Mercosul, o PIB do Brasil cairia para 69%. Após a desvalorização do real em 1999, o saldo da balança comercial do Brasil é superavitária com a Venezuela. A pauta de exportações do Brasil com a Venezuela é composta basicamente de produtos manufaturados — cerca de 90%. A pauta de importações do Brasil oriunda da Venezuela é concentrada em produtos minerais e combustíveis — ao redor de 70%. No ano de 2005, a participação da Venezuela nas exportações brasileiras foi de 1,9% e nas importações de 0,4%. Na pauta da Venezuela, as exportações brasileiras explicaram 1,7% das exportações desse país e as importações 7% em 2004.

Logo, a entrada da Venezuela não deverá alterar muito o tema do "desequilíbrio" do Mercosul, se for analisado apenas o tema dos fluxos comerciais. Simulações realizadas para avaliarem o impacto de uma liberalização do comércio entre o Brasil e a Venezuela mostram que existem ganhos de exportações para os dois países, mas os saldos superavitários da balança comercial permanecem com o Brasil.

A entrada da Venezuela no Mercosul suscita o mesmo debate que ocorre no âmbito do Mercosul. O incremento do comércio da região e a percepção de ganhos não se resumem à questão de fluxos de comércio. O principal produto de exportação da Venezuela é o petróleo e o principal mercado de destino são os Estados Unidos. A Venezuela, assim, como a Argentina entendem a integração com o Brasil como uma oportunidade para a diversificação de suas pautas exportadoras, e, logo, de suas estruturas produtivas. Isso depende do aumento de investimentos intra-regionais, de projetos de internacionalização das empresas da região, de ambientes institucionais e regras estáveis que estimulem projetos que aproveitem as complementaridades entre os países. A Venezuela é um parceiro importante. Setores de petróleo, química, petroquímica, plásticos são candidatos naturais ao

incremento do comércio intra-indústria. Em adição, a inclusão da Venezuela pode ser um fator de impulso para o projeto de integração física e energética da região. Os estados do Norte Brasileiro demandaram no passado o "Merconorte". A proximidade com os países andinos, vencendo-se as questões da infra-estrutura, sugere um potencial de mercado importante.

**A entrada da Venezuela no Mercosul não pode ser avaliada apenas como "motivação política"**

## Negociações Externas

A Colômbia e o Peru estão em negociação com os Estados Unidos para a criação de um acordo de livre comércio. No momento, a pauta de negociação do Mercosul com os Estados Unidos está paralisada por divergências quanto ao conteúdo da agenda. O Mercosul quer se concentrar nos temas de acesso a mercados e os Estados Unidos demandam a agenda ampla com questões de propriedade intelectual, serviços, investimentos, compras governamentais, entre outras. No debate sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, alguns especialistas consideraram que esse será mais um fator de "atraso" nas negociações. Do nosso ponto de vista, a questão crucial continua a ser, no entanto, a definição de uma agenda comum Mercosul (Brasil, em especial) e Estados Unidos. Na eventualidade de que essa seja alcançada, o tema da posição da Venezuela será apreciado, em função das condições do momento.

A entrada da Venezuela no Mercosul não pode ser avaliada apenas como uma "motivação política". Existem ganhos que poderão ser explorados com o ingresso do novo sócio. No entanto, as questões básicas para a consolidação da integração permanecem. A mera entrada de um novo sócio não significa a consolidação do processo.

*\* Economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV/RJ e Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

1 Artigo publicado originalmente na revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, janeiro de 2006.



### Controvérsias no OSC/OMC

#### (Relatórios circulados e aprovados)

**01.02.06** Publicação do relatório do Painel no caso entre Japão e Coréia do Sul referente às quotas de importação de algas marinhas (*WT/DS323 – imported quotas on dried laver and seasoned laver*). Segundo o relatório, as partes chegaram a uma decisão consensual.

**02.02.06** Instauração, a pedido dos Estados Unidos, de um Painel contra as Comunidades Europeias a fim de analisar a controvérsia entre as empresas aéreas Boeing e Airbus (*WT/DS/317 – measures affecting trade in large civil aircraft*). Os Membros acusam-se mutuamente de concederem subsídios para suas empresas de modo a terem ganhos competitivos.

**13.02.06** O Órgão de Apelação divulgou o relatório do segundo painel de implementação no caso entre as Comunidades Europeias e Estados Unidos referente às diferenças de tratamento dado às Empresas de Exportação (*WT/DS/108/AB/RW2 – Tax Treatment for Foreign Sales corporations*). Para ter acesso ao relatório, consultar: <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/108abrw2\\_e.doc](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/108abrw2_e.doc)>.

## O poder do Parlamento do Mercosul: integração para além da economia?

Clarissa Franzoi Dri\*

Os debates acerca da criação de uma assembléia representativa no Mercosul reabriram as discussões sobre a necessidade de um projeto político ou econômico para o bloco. Estas alternativas, no entanto, não se mostram excludentes, tal como demonstra a análise do papel de controle dos atos executivos do futuro Parlamento.

Há muito se discutem as relações entre economia e política no seio dos processos de integração regional. Na América Latina, contudo, esses debates não se aproximam do plano concreto. Se, por um lado, a academia e demais setores sociais são raramente ouvidos pelas autoridades competentes em matéria internacional, por outro a ação integracionista – quando há – é bastante marcada pelo desejo de desenvolvimento econômico.

**É preciso que a dimensão regional faça parte da rotina tanto das instituições quanto dos particulares**

Tal afã é, entretanto, ele próprio, resultado de uma decisão política. Além disso, parece requerer a contribuição de outras áreas para sua realização. Assim, a interdependência entre os setores político e econômico nas tentativas de integração entre Estados, mesmo na América Latina, pode ser maior do que comumente se alega.

No caso do Mercosul, marcado por um baixo grau de interdependência recíproca entre os sócios, existe uma elevada discricionariedade no tocante à política externa e à economia doméstica<sup>1</sup>. Desse modo, somente a manutenção dinâmica do quadro de interesses mútuos que originaram o bloco pode estimular a integração futura. Assim, são necessárias, para além do comércio, interações sociais, culturais, acadêmicas, laborais entre os países envolvidos. É preciso que a dimensão regional faça parte da rotina tanto das instituições nacionais quanto dos

particulares. Trocas comerciais são insuficientes para caracterizarem ou sustentarem um processo de integração.

Por outro lado, “a idéia de uma economia desembaraçada de todo controle social e político é absurda”<sup>2</sup>. Permitir que apenas mecanismos econômicos determinem o ritmo e a espécie de uma união entre nações significa ignorar as abissais desigualdades existentes na população da região mercosulina. O círculo vicioso da miséria sugere, entre outras, alternativas ecológicas e educacionais paralelas ao incremento comercial.

Inserem-se, nessa lógica, os esforços para a criação de um Parlamento no Mercosul. O aprofundamento da estrutura institucional do bloco propiciado por tal assembléia reflete um reforço, em certa medida, da faceta política da integração. Da mesma forma, os canais de participação abertos pelo Parlamento poderiam estimular um maior envolvimento político dos cidadãos para com o projeto.

Ocorre que a formação de um órgão desta espécie encerra inúmeros riscos. O mais evidente parece ser a falta de objetivos claros. Embora sejam naturais as diferenças de compreensão de um parlamento regional entre sociedade, classe política e instituições do Mercosul, não se justifica a mera manutenção do atual quadro. Para que a Assembléia não se transforme em uma Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) com denominação diversa, são necessárias funções e competências bem definidas. Dentre as quais, inclui-se o poder de controle dos atos executivos no âmbito do bloco.

### O controle no Mercosul

A função parlamentar de controle dos atos executivos consiste, em primeiro lugar, no exame posterior das ações realizadas pelo governo ou das políticas por ele



implementadas. Abarca também o direito de o Parlamento ser previamente informado sobre as atividades do Executivo. Trata-se, portanto, de um controle não apenas legal, mas essencialmente político. Essa situação deve gerar a responsabilidade do Chefe de Governo perante a assembléia, requisito fundamental à democracia representativa.

Especialmente no último caso (controle-informação), surge como imprescindível um planejamento comum entre os Poderes Executivo e Legislativo. Na ausência de um programa previamente acordado, o Parlamento encontra dificuldades em sancionar o governo por falta de parâmetros. Esta situação, contudo, mostra-se rotineira nos países do Mercosul, marcados por um presidencialismo exacerbado.

Nestes Estados, a imensa concentração de poder na figura do Presidente diminui sensivelmente as possibilidades de diálogo entre as duas instituições e, portanto, contribui para que o exercício das prerrogativas de controle, quando existentes, seja mitigado ou decorra de interesses não exatamente políticos, mas, sobretudo, eleitoreiros. Segue, no quadro abaixo, um breve mapeamento das faces constitucionais da função parlamentar de controle nas nações mercosulinas.

Embora a nomeação dos ministros não seja passível de intervenção do parlamento e sejam raras as possibilidades de censura política do governo, não são escassas as oportunidades de controle de que dispõem os Parlamentos nacionais. A chave da questão parece residir na falta de exercício deste poder, sem o qual o governo se torna irresponsável perante os deputados.

Considerando-se esta realidade, não causa espanto que não se encontre referência, nas tentativas de integração do Cone Sul, a qualquer espécie de fiscalização da autoridade executiva. Dotadas de um esqueleto institucional débil e fundamentalmente cooperativo, as entidades antecessoras não possuíam um órgão ao qual os sistemas decisório e executivo deveriam submeter à avaliação o desempenho de seus papéis, precisamente o que ocorre com o Mercosul hoje<sup>3</sup>.

### A caminho de um parlamento fiscalizado e fiscalizador?

O Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul foi aprovado pelo Conselho

Mercado Comum (CMC) em sua XXIX Reunião, realizada no dia 8 de dezembro de 2005, em Montevidéu<sup>4</sup>. O documento final resultou do aperfeiçoamento das propostas elaboradas pelo Grupo Técnico de Alto Nível (GTAN), constituído em fevereiro do mesmo ano para aprofundar as negociações sobre a formação de um Parlamento no Mercosul, compatibilizadas com sugestões da diplomacia dos membros.

Os mecanismos de controle do órgão recentemente institucionalizado consistem na solicitação de informações às autoridades mercosulinas sobre atividades desenvolvidas e a desenvolver, na realização de audiências públicas com entidades da sociedade civil e setores produtivos e no recebimento de petições

a assembléia. Sabe-se que toda representação não é senão uma representação de interesses. Um Parlamento, assim, só pode existir com um conteúdo sobre o qual suas funções – inclusive a de controle – se debruçarão.

Nesse sentido, fala-se em politização precoce da integração no Cone Sul<sup>5</sup>. Surge como inócuo um órgão constituído sem uma pauta mínima da qual se ocupar. Tal quadro agrava-se com as perspectivas de receptividade dos deputados do Mercosul, considerando-se o tradicional descrédito de que goza a classe política entre as populações nacionais. Existe, contudo, a possibilidade de uma relação dialética entre tal aporte político-institucional ao bloco e o alcance de novas competências

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Direito de petição	X	X	X	X
<b>Impedimento criminal do Presidente</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
Impedimento criminal dos ministros	X	X	X	X
<b>Censura política do Presidente</b>	<b>X</b>		<b>X</b>	
Censura política dos ministros	X		X	X
<b>Nomeação dos ministros</b>				
Solicitação de informações	X	X	X	X
<b>Atividades investigativas</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
Controle orçamentário	X	X	X	X
<b>Defensor do Povo</b>	<b>X</b>		<b>X</b>	

de particulares. Este quadro representa um importante avanço institucional no bloco, mas não é suficiente.

Em um futuro próximo, seria essencial que o Parlamento dispusesse de duas características marcantes do poder de controle: a censura política dos órgãos executivos e de seus componentes; e o alargamento das possibilidades de comunicação entre os interesses sociais e tais órgãos – o que pressupõe o surgimento de uma cultura de transparência no bloco. Esses fatores são aplicáveis tanto no atual esquema intergovernamental quanto na vigência de traços de supranacionalidade. Esta, no entanto, parece indispensável para a definição de competências regionais para

regionais. Isso porque é difícil conceber um fator sem o outro, e, mais difícil ainda, é a previsão de qual, dentre ambos, deve se concretizar em primeiro lugar. Caberá agora também aos novos representantes alimentar esse processo.

De outra banda, um diálogo consistente entre instituições nacionais e regionais é indispensável para um controle da própria Assembléia. Na medida em que a democracia não reside mais no número de pessoas que detêm o poder, mas nas maneiras de limitá-lo e controlá-lo, a fiscalização surge como necessária em todas suas formas e direções.

A inteira presença desta função no Parlamento do Mercosul significaria um

potencial reforço político para o bloco. Por isso, refletiria também um estímulo às transações comerciais e à coordenação macro-econômica, além de propiciar um tratamento aprofundado de outros setores chave. Até mesmo porque a economia não é senão um meio para o alcance de fins eminentemente políticos, dentre os quais, a integração aberta e positiva dos povos da América Latina.

**Na medida em que a democracia não reside mais no número de pessoas que detém o poder, mas nas maneiras de limitá-lo, a fiscalização surge como necessária em todas suas formas e direções**

\* *Pesquisadora do Curso em Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.*

1 Por interdependência recíproca entende-se o nível de participação das interações econômicas entre os sócios em suas interações econômicas globais. Cf. Félix PEÑA. "Aportes a un debate sobre raíces y sentido del MERCOSUR". In: O MERCOSUL e a Integração Sul-americana: mais do que a economia. Encontro de culturas. Brasília: FUNAG, 1997. p. 40.

2 Cf. Alain TOURAINE. "Como sair do liberalismo?" Bauru: EDUSC, 1999. p. 21.

3 Trata-se da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), de 1960, e da Associação latino-americana de integração (ALADI), de 1980.

4 MERCOSUL/CMC/DEC Nº 23/05. Texto integral disponível em: <[www.mercosur.org.uy](http://www.mercosur.org.uy)>.

5 Ver Andrés MALAMUD e Luís de SOUSA. "Parlamentos supranacionais na Europa e na América Latina: entre o fortalecimento e a irrelevância". Disponível em: <<http://www.iue.it/Personal/Researchers/malamud/Abstracts.html>>.

## Mercosul: restrições ao comércio e integração social

Após a adoção, em 1º de fevereiro, do Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), que tem como objetivo restringir a importação de produtos originários do parceiro, o novo presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM), o argentino Carlos Álvarez, visita o Brasil e reafirma os aspectos sociais da integração no bloco.

Depois de muita polêmica e tantas negociações, foi adotado, em 1º de fevereiro, o Protocolo relativo ao Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) entre Brasil e Argentina<sup>1</sup>, os dois maiores Membros do Mercosul. O objetivo do MAC consiste em "reparar o dano importante ou prevenir a ameaça de dano importante à indústria doméstica causado pelo mencionado aumento substancial das importações" (Artigo 1.2 do Protocolo). Para tanto, o mecanismo adotado pelo MAC será a restrição das importações provenientes do outro parceiro com a implementação seguinte de um Plano de Adaptação Competitiva (PAC).

### Os Procedimentos do MAC

Para que uma medida possa ser aplicada de acordo com os termos do MAC, faz-se imprescindível a caracterização de "dano importante" ou "ameaça de dano", causado pelas importações de produtos oriundos do outro país, à indústria doméstica de produtos similares ou diretamente concorrentes, que constitua, pelo menos, 25% da produção nacional total dos produtos discutidos no Estado importador (Artigo 3.d). Dano importante, por sua vez, é aquele cujos efeitos refletem uma evolução negativa relevante da situação da indústria doméstica constatados a partir da análise de fatores específicos, indicados nos Art 3.a e 12, conforme indicado a seguir:

- i. a evolução e distribuição das vendas do produto similar ou diretamente concorrente no mercado interno;
- ii. a evolução dos preços internos e de importação do produto considerado oriundo do Estado exportador e de terceiros países;
- iii. o nível de produção e capacidade utilizada da indústria doméstica;
- iv. o nível de emprego da indústria doméstica;

v. a evolução da participação das importações do produto considerado no mercado interno;

vi. o nível de comércio do produto considerado entre os dois países;

vii. os lucros e perdas da indústria doméstica, quando seu levantamento seja factível - caso contrário, a AN do Estado Importador deverá justificar tal fato; e

viii. a evolução dos estoques da indústria doméstica.

O Artigo 12.1 do Protocolo destaca, no entanto, que tal enumeração não é exaustiva e há a possibilidade de se incorporar outros indicadores que sejam relevantes, de acordo com a discricionariedade da Autoridade Nacional do Estado Importador. Além disso, nenhum dos fatores específicos poderá servir por si só como prova de dano. O dano tem que ser comprovado em sua relação causal (Art 12.2).

O procedimento do MAC inicia-se com consultas entre os envolvidos, conduzidas sempre pela Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral (Comissão). Caso não se chegue a um acordo durante o período de consultas e a situação apresentada pela indústria doméstica seja comprovadamente uma situação de emergência, a Autoridade Nacional do Estado importador poderá impor medidas provisórias ou, ainda, apresentará um Relatório de Abertura de Investigação. Este relatório dá início à fase de investigação, a qual durará entre 60 e 120 dias, e em que os seguintes pontos deverão ser esclarecidos:

- i. a existência de um aumento substancial das importações dos produtos originários do Estado exportador, analisado em relação aos doze meses anteriores à abertura de investigação;
- ii. a existência de dano importante ou ameaça de dano importante à indústria doméstica; e

iii. a relação de causalidade entre o aumento substancial das importações do produto considerado originário do outro Estado e o dano importante ou ameaça de dano importante à indústria doméstica.

Se não ficar comprovada a existência destes fatos, a investigação será encerrada. Em havendo a comprovação, inicia-se a fase de consultas entre as partes envolvidas e as respectivas Autoridades Nacionais com o objetivo de se chegar a um acordo e evitar a aplicação da restrição prevista pelo MAC.

Caso as partes não cheguem a um acordo, a Autoridade Nacional do Estado importador poderá implementar a medida do MAC, que consistirá na aplicação de uma das seguintes medidas, nos termos do Artigo 16 do Protocolo: (i) quota tarifária anual com preferência plena para as exportações do produto considerado do outro Estado, estabelecida em relação à média de importações dos 36 meses anteriores ao início da investigação; ou (ii) tarifa para as exportações do produto considerado do outro Estado que superem o nível da quota tarifária anual, igual à Tarifa Externa Comum com uma preferência de 10% - ou seja, para os produtos que excedam a quota, deverá ser paga tarifa 10% menor do que a Tarifa Externa Comum prevista pelo Mercosul.

Aplicada a medida, a Autoridade Nacional do Estado importador deverá monitorar o nível de importação do produto objeto do MAC – tanto em relação ao outro país como também em relação a terceiros países, a fim de evitar desvios de comércio. De acordo com o Artigo 18, o prazo de duração da medida restritiva será de, no máximo, 3 anos, prorrogáveis por mais um ano (mediante a comprovação da subsistência da situação que lhe deu causa). A medida não poderá ser aplicada novamente em relação ao mesmo produto durante um período de dois anos, após o fim da primeira aplicação.

Caso o país exportador não concorde com a restrição poderá apresentar, num prazo máximo de 15 dias após a sua adoção, à análise de um grupo de especialistas uma reclamação específica para o grupo revisor. Este grupo será formado por 3 pessoas, uma de cada Estado e uma de um terceiro Estado (que será o presidente do Grupo), designadas por sorteio, a partir de listas entregues por ambos os Estados à Comissão. Uma vez constituído o grupo, este terá o prazo de 45 dias para apresentar suas decisões, tomadas sempre por maioria e de caráter inapelável.

Decidida a não aplicação do MAC, o Estado importador terá 30 dias para retirá-lo, contados a partir da data da comunicação oficial das conclusões do Grupo de Especialistas.

Concomitantemente à aplicação da medida restritiva, o país importador deve elaborar um Programa de Adaptação Competitiva (PAC), que visa a contribuir para a adaptação competitiva da indústria doméstica e para a sua integração produtiva (Artigo 1.3). O PAC, que será elaborado em conjunto pelo governo e pelo setor privado de ambos os países, deverá

## o PAC visa a contribuir para a adaptação competitiva da indústria doméstica e para a sua integração produtiva

incluir, dentre outros pontos, os compromissos tanto do governo quanto do setor privado do país importador em relação à adoção de medidas que auxiliem no ganho de competitividade do setor doméstico beneficiado pela aplicação do MAC (Artigo 22).

Dentre outros elementos, o PAC deverá incluir, conforme previsto no Protocolo:

- a) a inclusão da mencionada indústria doméstica nos Foros de Competitividade Mercosul ou, em sua falta, nos foros ou programas nacionais de competitividade correspondentes;
- b) os compromissos do Governo do Estado importador a respeito do uso dos instrumentos disponíveis, dentro do alcance de suas competências, para coadjuvar à adaptação competitiva e a integração produtiva da mencionada indústria doméstica (promoção comercial, apoio financeiro, programas de “design”, de promoção científico-tecnológica); e
- c) os compromissos do setor privado do Estado importador sobre investimentos,

desenvolvimento científico-tecnológico, reorganização produtiva e outros, inclusive metas, quando for o caso, sobre produção, produtividade, vendas internas, treinamento de empregados, entre outros indicadores que se estimem necessários.

## Pedidos de restrição

Embora o MAC tenha sido originado das demandas do setor privado argentino e alguns de seus setores industriais já tenham mostrado interesse em aplicá-lo (em especial aqueles ligados aos eletrodomésticos de “linha branca” – geladeiras, fogões etc), setores brasileiros já estudam a possibilidade de requerer ao governo a aplicação de suas medidas. É o caso, por exemplo, dos produtores de arroz e de vinho.

De acordo com dados apresentados em entrevista<sup>2</sup>, os produtores brasileiros de arroz, concentrados especialmente no Rio Grande do Sul, reclamam da competição com o arroz argentino, que paga impostos internos de aproximadamente 20%, enquanto eles os seus chegam até a 40%.

Os produtores nacionais de vinho, por sua vez, já manifestaram sua intenção de utilizar tais medidas caso a Argentina não respeite o acordo firmado em julho de 2005 que restringir suas exportações de produtos abaixo dos US\$ 8 a caixa de 12 garrafas<sup>3</sup>. As importações de vinho argentino representam atualmente em torno de 24% das importações totais de vinho pelo Brasil em dólares.

No último dia 21 de fevereiro, 35 deputados gaúchos derrubaram o veto de seu governador ao Projeto de Lei que visava à proibir o trânsito, a estocagem e a comercialização de arroz, trigo, cevada, feijão, aveia e cebola produzidos nos demais Membros do Mercosul (Projeto de Lei n.º 102/2005). Essa medida, não aceita pacificamente pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil<sup>4</sup>, dispõe que tais produtos, quando em trânsito pelo Rio Grande do Sul, deverão ser retidos para análise laboratorial com vistas à identificação de eventual presença de resíduos químicos de agrotóxicos não registrados no Brasil<sup>5</sup> – controle exercido, normalmente, nas fronteiras.

Embora a motivação da lei restrinja-se aos argumentos ambientais utilizados pelos próprios produtores, já se interpreta que tal medida seja, na realidade, uma restrição ao comércio entre os Membros do

Mercosul<sup>6</sup>. Há rumores, ainda, de que o governo federal e o estadual já teriam começado a estudar a possibilidade de ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, com base na falta de competência dos deputados para legislar em matérias comerciais<sup>7</sup>.

### Posicionamento político

Em paralelo a todas as dificuldades anunciadas no campo econômico, o Mercosul procura hoje intensificar a sua integração em temas sociais. Tal como demonstra a visita ao Brasil do novo presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM), o argentino Carlos Álvarez, ocorrida entre os dias 5 e 7 de fevereiro – menos de uma semana após a conclusão do Protocolo relativo ao MAC<sup>8</sup>. Na reunião com o Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, Carlos Álvarez afirmou que a integração regional deve transpor os aspectos estritamente econômicos e, assim, alcançar uma dimensão social importante para o bloco. Nesse sentido, o presidente da CRPM apresentou algumas propostas, dentre as quais se destacam um Instituto Social para o Combate à Pobreza, uma Escola Regional de Formação de Funcionários Públicos e um

Plano Estratégico para Zonas de Fronteiras. Segundo Alvarez, os detalhes para implementação desses novos mecanismos de integração estão previstos para serem divulgados em 26 de março, quando o Mercosul completará 15 anos.

**Em paralelo a todas as dificuldades anunciadas no campo econômico, o Mercosul procura hoje intensificar a sua integração em temas sociais**

Esse é apenas um exemplo, dentre outros recentes, de que, mesmo em meio a possíveis restrições ao comércio, o Mercosul procura fortalecer a integração entre os países Membros agora com ênfase em temas sociais e políticos. Resta saber se estas iniciativas enfrentarão ou não as mesmas dificuldades pelas quais o bloco passa no âmbito da integração econômica.

<sup>1</sup> Protocolo Adicional ao ACE 14. Adaptação Competitiva, Integração Produtiva e Expansão Equilibrada e Dinâmica do Comércio. Ministério das Relações Exteriores. Assessoria de Imprensa do Gabinete. Nota n. 85 de 2 de Fevereiro de 2006. "Mecanismo de Adaptação Competitiva". Disponível em <www.mre.gov.br>.

<sup>2</sup> V. Valor Online. "Produtores de arroz do RS devem pedir proteção contra Argentina". 03 de fevereiro de 2006.

<sup>3</sup> V. Valor Online. ob. cit.

<sup>4</sup> V. Nota à Imprensa n.º 135, de 24 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\_detalhe.asp?ID\_RELEASE=3571>.

<sup>5</sup> O inteiro teor da Lei n.º 12427/06 encontra-se disponível em <http://www.al.rs.gov.br/>.

<sup>6</sup> V. MRE. ob. cit.

<sup>7</sup> V. Portal Netcomex. "Rio Grande do Sul veta entrada de 35 produtos do Mercosul no estado". 02 de março de 2006. Disponível em <http://www.netcomex.com.br/conteudo.php?cod=3160>.

<sup>8</sup> Ministério das Relações Exteriores. Assessoria de Imprensa do Gabinete. Nota n. 87, de 3 de Fevereiro de 2006. "Visita ao Brasil do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul". Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\_detalhe.asp?ID\_RELEASE=3521>.

## Páginas eletrônicas: A Convenção sobre Diversidade Biológica

### Páginas oficiais:

Conferência sobre Diversidade Biológica - <<http://www.biodiv.org/>>

Governo brasileiro - <<http://www.cdb.gov.br/>>

Prefeitura Municipal de Curitiba - <<http://www.cop8mop3.com.br/>>

### Páginas não-oficiais:

Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC - <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/envir\\_e/envir\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/envir_e/envir_e.htm)>

FBOMS- <<http://www.fboms.org.br/>>

International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) - <<http://www.trade-environment.org/page/theme/biodiversity.htm>>

International Institute for Sustainable Development (IISD) - <<http://www.iisd.ca/biodiv/cop8/>>

Participação Popular - <<http://www.cop8.org.br/>>

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) - <<http://www.unep.org/themes/biodiversity/>>

WWF-Brasil - <[http://www.wwf.org.br/wwf/opencms/site/list\\_subchannels.jsp?channelId=1080](http://www.wwf.org.br/wwf/opencms/site/list_subchannels.jsp?channelId=1080)>